

Salário real está estagnado nos Estados Unidos

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — A adoção de uma lei federal estabelecendo a livre negociação entre empregados e empregadores como regra para fixação de salários, como a que acaba de ser proposta no Brasil, seria uma revolução nos Estados Unidos. A ideia teria pouquíssimas chances de ser sequer contemplada. A esmagadora maioria dos cerca de 100 milhões de americanos que vivem de salário trabalha sem contrato e recebe o salário e benefícios que o empregador lhes oferece.

Entre os mais de 88 milhões de assalariados do setor privado, no fim de 1994, pouco mais de 11%, ou 9,6 milhões, eram sindicalizados (há 20 anos, mais de 25% pertenciam a sindicatos). Destes, só uns 20% tinham seus salários negociados entre sindicatos e empresas. Um contrato coletivo típico tem três anos de duração e geralmente prevê o COLA, a sigla em inglês para a cláusula de correção pela variação anual do índice de preços ao consumidor. Ganhos de mérito ou produtividade são incluídos com menos frequência nos contratos coletivos. Outros benefícios, como férias, seguro de saúde e fundos de aposentadoria são também objetos de negociação. Não há nenhuma lei que obrigue uma empresa a dar férias para seus empregados.

"Os trabalhadores sindicalizados que não têm contrato coletivo e tentam recuperar seu salário a cada ano, mas isso está se tornando cada vez mais difícil, porque o salário real está estagnado nos EUA há cerca de duas décadas", diz John Zaluski, chefe da divisão de salários do departamento de pesquisas econômicas da AFL-CIO, a confederação dos sindicatos dos EUA.

O salário médio de um trabalhador não sindicalizado é, hoje, de US\$ 432 por semana. O sindicalizado ganha US\$ 532 por semana.